

**ATA N.º 04/2016**

----- Ata da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 16 de setembro de 2016.-----

----- Aos 16 dias do mês de setembro de 2016, pelas 14,30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Cantanhede, em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara;-----
- 2 – Apreciação, discussão e votação da proposta da 2.ª Alteração ao Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede / Relatório de Ponderação da Discussão Pública;-----
- 3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 2004/2015 / António Jesus da Costa / Sanguinheira / Retificação da deliberação de 02/02/2016;-----
- 4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1325/2016 / Lofanc, Carpintaria Mecânica, Ld.ª / Rua Chão do Rolão, Fornos, Freguesia de Cadima;-----
- 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Prova Desportiva de Atletismo “Duas Léguas Gandaresas”;-----
- 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos, Licença de Ruído e Fogo-de-Artifício / Semana Cultural e Gastronómica da Sanguinheira;-----
- 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ourentã / Licença Especial de Ruído e Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos / Sun 7 Fontes;-----

- 8** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença Especial de Ruído / Semana Cultural de Ançã 2016;-----
- 9** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença Especial de Ruído / Festa em honra do Senhor da Fonte;-----
- 10** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / III Semana Cultural e II Mostra Gastronómica;-
- 11** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Espaço Folk 2016;-----
- 12** - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de São Caetano / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Semana Cultural de São Caetano 2016;-----
- 13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras de Ampliação do Cemitério de Ançã;-----
- 14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Arranjo de fugas de água na estrada Tocha – Arazede;-----
- 15** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Aquisição de pérgola para a EB1 de Murtede;-----
- 16** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Aquisição de Carrinha;-----
- 17** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Requalificação da Casa Carlos de Oliveira;-----

- 18** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Aquisição de terreno junto à Fonte das Amieiras;-----
- 19** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Sepins e Bolho / Parceria para a Gestão das Atividades de Animação e Apoio à Família para a Educação Pré-Escolar nos Jardins de Infância do Concelho;-----
- 20** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Sanguinheira / Pintura da EB1 de Gesteira e muros envolventes;-----
- 21** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Sepins e Bolho / Aquisição de Carrinha;-----
- 22** - Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de concurso público para: “Concessão da Exploração do Bar/Restaurante do Largo do Mercado na Praia da Tocha”;-----
- 23** - Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração dos estatutos da AREAC – Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro;-----
- 24** - Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – CIM-RC /Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transportes de Passageiros;-----
- 25** - Apreciação, discussão e votação da proposta de cobrança de Derrama relativa ao ano de 2016;-----
- 26** - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) para o ano de 2017;-----

**27** - Apreciação, discussão e votação da proposta de participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativo ao ano de 2017;-----

**28** - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo para o ano de 2017;--

**29** - Informação do Auditor Externo sobre a situação Económica e Financeira do Município de Cantanhede reportada a 30 de junho de 2016, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro / Para conhecimento;-----

**30** - Apreciação, discussão e votação da proposta da Autorização da assunção do compromisso plurianual para o Ajuste Direto para: “Fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético, ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários (CIMRC-AQ01/15), promovido pela CIM-RC;-----

**31** - Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 11/12/2015 / Para conhecimento;-----

**32** - Apreciação, discussão e votação da proposta da 4.ª Revisão ao Orçamento e GOP's para 2016.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia conferiu com a Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, que foram as seguintes: -----

----- Pedido de substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, pela Secretária, Sr.ª Catarina Isabel Milenta Rasteiro, conforme documento apresentado. Justificação da falta do Sr. Dr. Fernando de Oliveira Simão, do Sr. Dr. Pedro Miguel de Jesus Neto Dias e da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de São Caetano, Dr.ª

Euarda Maria Domingues Pedro, todos por motivos profissionais e ainda, da falta do Sr. Dr. Carlos Alberto Miranda de Jesus Pessoa, por motivos pessoais, conforme documentos apresentados. Justificação ainda das faltas do Sr. Filipe Ribeiro Figueiredo e do Sr. Eng.º Carlos Alberto Pereira Cosme.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 30 de junho a 16 de setembro de 2016 e informou que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal.-----

----- Foi presente a ata n.º 03/2016, da sessão da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2016, a qual foi colocada a votação e aprovada por maioria, com 1 abstenção.-----

----- De seguida, deu-se início ao período Antes da Ordem do Dia, cujas intervenções ocorreram em função das inscrições efetuadas junto da Mesa da Assembleia, da seguinte forma:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, informou que chegou à Mesa uma “Moção de apoio ao projeto de reabilitação e reconversão do edifício Hospital Rovisco Pais através do cofinanciamento comunitário Portugal 2020”, sobre a qual ele próprio estabeleceu contactos com as duas bancadas e já tinha sido abordado pela Administração do Hospital Rovisco Pais. Referiu também que, com o aviso de abertura dos fundos comunitários ao Portugal 2020 e a candidatura formalizada, foi de novo contactado pela Administração daquele Hospital tendo em vista uma tomada de posição por parte da Assembleia Municipal pelo que contactou as duas bancadas e enviou-lhes o texto da Moção em causa, que foi aceite. Finalmente, colocou à votação a aceitação, para apreciação, discussão e votação, da

“Moção de apoio ao projeto de reabilitação e reconversão do edifício Hospital Rovisco Pais através do cofinanciamento comunitário Portugal 2020”, o que foi aceite, por unanimidade.-----

----- De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação a aceitação, para apreciação e votação, de uma proposta de “Voto de Pesar” apresentada pela Bancada do PSD, pelo falecimento do Dr. António Barbosa de Melo, a qual foi aceite por unanimidade.-----

----- Colocou ainda a votação, para discussão e votação, uma proposta de Voto de Louvor pelo trabalho desenvolvido pelos Bombeiros Voluntários de Cantanhede e pelos Bombeiros de Portugal, apresentada pela Bancada do PSD, a qual foi também aceite por unanimidade.-----

----- Colocou finalmente, para discussão e votação, a “Moção em Defesa do Serviço Nacional de Saúde” apresentada pela Bancada do PS que, também foi aceite por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, começou então pela “Moção de apoio ao projeto de reabilitação e reconversão do edifício Hospital Rovisco Pais através do cofinanciamento comunitário Portugal 2020” e recordou que a mesma já tinha sido presente às bancadas dos Partidos com assento na Assembleia. Assim, não sendo necessário proceder à leitura integral da mesma procedeu à leitura das seguintes passagens: “As bancadas do Partido Social Democrata e do Partido Socialista apresentam na sessão de hoje da Assembleia Municipal, para discussão e aprovação, uma moção de apoio ao projeto de reabilitação e reconversão do Edifício-Hospital do Rovisco Pais, através de cofinanciamento comunitário do Portugal 2020, cuja candidatura foi apresentada nos termos do respetivo aviso de abertura e que se

encontra mapeada junto da CCDRC. Trata-se de uma obra fulcral para afirmar e reforçar o posicionamento do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Rovisco Pais enquanto centro de cuidados hospitalares altamente diferenciados de MFR para a Região Centro, com um contributo extensivo à reabilitação no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Integrados, permitindo a expansão da capacidade instalada para suprir as necessidades da população da área de atração do CMRRC – RP e, também o ajustamento das respostas assistenciais às alterações verificadas na procura de cuidados especializados de Medicina Física e de Reabilitação ocorridas nas duas últimas décadas” e “neste sentido, os Deputados Municipais da Assembleia Municipal de Cantanhede, recomendam a todas as entidades envolvidas no processo do financiamento do Portugal 2020 para este projeto, uma decisão favorável face à importância do mesmo, conforme se demonstra na fundamentação anteriormente apresentada. Mais se propõe que após aprovação desta Moção a mesma seja enviada para o Ministério da Saúde, para a CCDRC, para a CIM-RC, para a ARSC, para o CMRRC-RP e divulgada na comunicação social.” -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção sobre a referida Moção, o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a “Moção de apoio ao projeto de reabilitação e reconversão do Edifício-Hospital do Rovisco Pais através de cofinanciamento comunitário do Portugal 2020”, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- Passou, de seguida, à proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Dr. António Barbosa de Melo.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que a mesma foi posta à consideração da Bancada do PS tendo em vista uma possível subscrição e procedeu à leitura da referida proposta, do seguinte teor: “Proposta de

voto de pesar por falecimento – Dr. António Barbosa de Melo. Por proposta do PSD, a Assembleia Municipal de Cantanhede aprova um voto de pesar para lamentar a morte do Dr. António Barbosa de Melo, reputado jurista e investigador, mas sobretudo um político de inegáveis qualidades que sempre se aplicou na defesa dos interesses do país e da democracia. Como bem definiu o Presidente da República, o país perdeu “uma personalidade singular, excecional enquanto personalidade intelectual, excecional enquanto personalidade política e sobretudo excecional enquanto personalidade moral.” Dos inúmeros cargos desempenhados, destacam-se nomeadamente os seguintes: Docente e investigador da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e da Universidade Católica Portuguesa; Fundador do PPD (hoje PSD); Membro da Comissão para a elaboração da Lei Eleitoral para a Assembleia Constituinte; Deputado da mesma Assembleia Constituinte; Deputado na Assembleia da República em vários mandatos, sempre eleito pelo Distrito de Coimbra; Presidente da mesma Assembleia da República (1991-1995); Membro do Conselho de Estado; Presidente do Centro de Estudos e Formação Autárquica.”-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação, por escrutínio secreto, a proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. António Barbosa de Melo, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

----- De seguida passou à proposta de atribuição de Voto de Louvor apresentado pela Bancada do PSD, pelo trabalho desenvolvido pelos Bombeiros Voluntários de Cantanhede e pelos Bombeiros de Portugal, dando a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, que passou à leitura da referida proposta, do seguinte teor: “Por proposta do PSD, a Assembleia Municipal aprova um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido pelos Bombeiros portugueses e, particularmente, no caso do nosso concelho, pelo trabalho desenvolvido pelos

Bombeiros Voluntários de Cantanhede. Num cenário que se repete ciclicamente, o país voltou a ser assolado por vários incêndios florestais de grande dimensão e que se sucederam ao longo de várias semanas, reduzindo a cinzas milhares de hectares de mato e floresta, aos quais crescem diversos bens e habitações e até a perda de algumas vidas humanas. No espírito da missão e sacrifício que lhes é característico, os bombeiros desempenharam o papel primeiro no combate aos incêndios florestais do concelho e do país, com dedicação e eficácia. Não estiveram sozinhos é certo, pelo que o agradecimento subjacente a este voto de louvor é naturalmente extensivo aos sapadores florestais, serviços de proteção civil, forças policiais, exército e demais entidades que os secundaram nas suas funções e auxiliaram no combate às chamas, bem como às populações que sem olhar ao perigo se envolveram emotivamente na luta contra o fogo. É também extensivo às autarquias locais pelo papel importante que desempenham no apoio financeiro e humano às corporações e pelo conhecimento de proximidade que são capazes de disponibilizar nos teatros de operações, tantas vezes em contraponto com o desnorde das políticas nacionais de gestão florestal e de combate a incêndios. O reconhecimento e o louvor não devem considerar-se apenas quando as tragédias se consumam, mas sim e sobretudo quando essas mesmas tragédias são evitadas. Assim, o melhor reconhecimento para o trabalho dos Bombeiros de Cantanhede é a inexistência de incêndios significativos no nosso concelho durante o presente ano e até à data, cenário que infelizmente não foi extensivo ao resto do país nem é reprodutível noutros anos.”-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, colocou à votação a atribuição de um Voto de Louvor pelo trabalho desenvolvido pelos Bombeiros Voluntários de Cantanhede e pelos Bombeiros de Portugal, o qual foi aprovado por unanimidade.-----

----- De seguida, tendo em vista a apreciação e discussão da “Moção Em Defesa do Serviço Nacional de Saúde”, apresentada pela bancada do PS, deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Enf.<sup>a</sup> Áurea Andrade, a qual sugeriu que todos os Membros da Assembleia se associassem à referida Moção e procedeu à leitura da mesma, do seguinte teor: “Comemorou-se ontem, 15 de Setembro de 2016 o 37º aniversário do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Saudação a todos os que contribuíram para a sua criação, implementação e desenvolvimento, ao longo dos últimos 37 anos e que têm construído e dignificado este bem maior para Portugal. Uma saudação muito especial ao seu fundador António Arnaut, uma referência para todos os cidadãos e de um modo particular para os socialistas e Partido Socialista do qual foi fundador. Antes da criação do SNS, 90% das unidades de saúde e respetivos profissionais estavam no litoral, 80% dos quais concentrados em Lisboa, Porto e Coimbra, o resto do país era uma mancha negra que não tinha nada, a não ser as misericórdias e um ou outro médico uma vez por semana, que deram um contributo inestimável para a saúde das populações. Havia nessa altura uma gritante injustiça, desigualdade social e iniquidade no acesso aos cuidados de saúde. Em 1970 a taxa de mortalidade infantil em Portugal era de 55,5%. Hoje a taxa de mortalidade infantil em Portugal é de 2,9%, uma das melhores de todo o mundo, da qual nos podemos orgulhar. Em 1979, na sequência de transformações essenciais na sociedade portuguesa, decorrente do 25 de Abril de 1974, desenvolveu-se o contexto sociopolítico favorável a uma das suas maiores conquistas democráticas, a criação do SNS, que garantiu o acesso à saúde a todos os cidadãos que residem em Portugal, independentemente da sua situação socioeconómica, afirmando-se como um instrumento fundamental para a promoção da solidariedade, inclusão e coesão social e para o cumprimento da constituição relativo ao direito à proteção da saúde. A defesa do SNS implica a promoção da sua

eficiência, a implementação de uma prática de governação clínica nas instituições e a responsabilização dos seus gestores, assente na execução de uma política de prestação de contas, essencial para garantir a boa utilização do erário público, a qualidade e a proximidade dos cuidados de saúde. A defesa do SNS, exige ainda, a conceção e desenvolvimento de um plano estratégico para a saúde em Portugal, desenvolvido de acordo com as boas regras do planeamento, que evidencie as verdadeiras necessidades em cuidados de saúde do país, a capacidade instalada no sector e que aponte um caminho seguro e equitativo, imune à austeridade, que constitui uma séria ameaça para o mesmo. Assim, é imprescindível, para a sustentabilidade e desenvolvimento do SNS, a presença de todos os grupos profissionais do SNS, o envolvimento de todas as forças políticas, municípios e cidadãos na definição e consecução das políticas de saúde e de condições de trabalho, potenciadoras da garantia da qualidade dos cuidados, respeito pelas competências dos profissionais de saúde e a garantia de equidade e universalidade no acesso aos cuidados de saúde. Só assim poderemos fazer o caminho, no sentido de combater a desregulação, geradora de incerteza, indefinição e angústia, que potencialmente poderão conduzir a uma diminuição progressiva da garantia dos princípios de universalidade, acessibilidade e equidade aos cuidados de saúde, exigência dos tempos modernos, que equiparam o direito à saúde, ao direito à vida e à liberdade, obrigando assim, o Estado a assumir a sua responsabilidade pelo respeito integral deste direito. Para prosseguir este caminho, apelamos publicamente, ao envolvimento dos cidadãos, dos profissionais de saúde e dos municípios nas tomadas de decisão relativamente à saúde, cuja centralidade no cidadão deverá ser inquestionável e exercida numa relação permanente de proximidade e de continuidade. Porque acreditamos que esta via é a certa para garantirmos mais e

melhor saúde para todos, os deputados do PS mantêm a sua intransigência na defesa do SNS, congratulam-se pelo que fez e ainda poderá fazer pela saúde de todos, cidadãos e profissionais de saúde. Pela saúde de todos, pelo SNS, pela liberdade e pela democracia, reafirmamos, o nosso compromisso de cumprir Portugal.”-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual informou que a bancada do PSD concorda em associar-se à Moção em causa, desde que passa a constar no último parágrafo, a Assembleia Municipal de Cantanhede, em vez de “os deputados do PS”.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou que a sugestão foi aceite, passando assim, a referida Moção a ser subscrita por todos os Membros da Assembleia.-----

----- Deu, de seguida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual, após cumprimentar todos os presentes, informou ter estado no dia anterior nas comemorações dos 37 anos do Serviço Nacional de Saúde, realizadas no auditório dos Hospitais da Universidade de Coimbra, onde o Governo esteve muito bem representado, juntamente com várias outras entidades. Referiu que, naquela cerimónia, através de diversos discursos, foram realçados os ganhos que existiram ao longo destes 37 anos com as sucessivas reformas, no sentido de conferir qualidade na saúde prestada aos cidadãos em Portugal, factos unânimes e reconhecidos, pela grande maioria dos portugueses. Acrescentou que, a grande maioria dos portugueses se reveem no Serviço Nacional de Saúde e assim, num sistema público, desde que dos Hospitais aos Centros de Saúde, com porta aberta para qualquer cidadão, numa situação de doença, possam ser integrados independentemente da sua raça, riqueza ou pobreza. Recordou a proposta do Governo anterior, com o regresso do Hospital de Cantanhede à Misericórdia e congratulou-se pelo facto do atual governo ter dito que

tal não aconteceria, ficando os Hospitais, incluindo o de Cantanhede, no serviço da esfera pública como Serviço Público Administrativo (SPA) e dependendo diretamente do Orçamento Geral do Estado. Acrescentou que existem 3 hospitais no país que estão nas mesmas condições, sendo uma situação atípica, com constrangimentos, pois verifica-se ao longo dos últimos anos um decréscimo na dotação orçamental para o Hospital de Cantanhede, com todas as inerentes consequências. Referiu ainda que, independentemente do modelo de gestão ser de uma entidade privada, misericórdia ou pública, é desejo de todos que se continue a cumprir o Protocolo assinado em 2007 ou até que seja melhorado. Informou ainda que, há cerca de 4 meses, foi chamado ao gabinete do Senhor Secretário de Estado, Dr. Fernando Araújo, tendo sido questionado sobre o futuro do Hospital de Cantanhede e onde testemunhou o que todos os Membros da Assembleia pensam sobre aquela situação, ou seja, que o Hospital continue com a sua missão, com a unidade de convalescença de paliativos, mas também a unidade de cirurgia de ambulatório, as consultas de especialidade, e a consulta aberta a funcionar. Esperando que a tutela cumpra o que efetivamente se propôs, apelou assim, a que todos continuem a defender o cumprimento daquele protocolo, para que o Hospital não se desvie do seu rumo e não seja convertido, no futuro, apenas numa unidade de retaguarda para paliativos e para convalescença, integrada nos CHUC. Relativamente ao Serviço Nacional de Saúde, recordou que em Cantanhede existem três unidades de saúde familiar, implementadas pela atitude voluntária, quer dos médicos, quer do pessoal administrativo, quer dos enfermeiros e que têm em teoria um balanço positivo. Recordou ainda que milhares de utentes do Concelho de Cantanhede não têm médico de família e têm de procurar uma alternativa através das USF's, da consulta aberta ou até do hospital de Coimbra. Por outro lado, informou que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, sucessivamente o

vai informando sobre questões factuais, nomeadamente, de horários que não são cumpridos e da falta de médicos nas unidades de saúde familiares por serem chamados para a Consulta aberta. Acrescentou existir a promessa por parte da Tutela de novos médicos de saúde familiar, facto que resolveria o problema existente. Finalmente, elogiou o trabalho realizado pelo último Conselho de Administração do Hospital de Cantanhede, recordando que funcionou com quatro administradores e nos oito meses finais, apenas com dois, com orçamentos mais escassos mas que teve um trabalho muito positivo.-----

----- Interveio, de seguida o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual, após cumprimentar todos os presentes, afirmou concordar com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara relativamente ao Hospital e que a única forma de manter o Hospital com o nome de Hospital é implementar o protocolo que foi celebrado entre o Município de Cantanhede e o Ministério da Saúde, mantendo o Serviço de Urgências aberto, o Raio X aberto até às 22h00 e o laboratório a funcionar até às 22h00. Considerou ainda que, no momento, o Hospital apenas tem o nome de Hospital, funcionando quase como um Hotel, uma vez que tem camas, onde as pessoas têm condições para serem acompanhadas mas onde não podem ser socorridas de urgência. Considerou assim que, para a população de Cantanhede, a forma como o hospital está a funcionar não é uma mais-valia, sem o Serviço de Urgências a funcionar com o apoio do Raios X e do laboratório de análises.-----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes, o qual informou subscrever inteiramente a Moção apresentada em Defesa do Serviço Nacional de Saúde e, considerando que o Hospital de Cantanhede faz parte do serviço Nacional de Saúde colocou as seguintes questões: - Após a sua reconversão em 2006, os seus utentes têm mais ou menos benefícios? – Será que em termos de

acessibilidades, de conforto e de rapidez de atendimento a sua reconversão foi boa para os utentes do concelho de Cantanhede? -----

----- Foi, de seguida, dada a palavra à Sr.ª Enf.ª Áurea Andrade, a qual informou concordar com o que foi dito e que, nos últimos três, quatro anos, a sua bancada defendeu intransigentemente a manutenção do Hospital no Serviço Nacional de Saúde e promoveu várias iniciativas, tendo ainda integrado a Comissão criada em Defesa do Hospital, da qual acabou por sair por se ter verificado algumas divergências nas ideias de cada uma das bancadas. Acredita ainda que, no momento, estão todos em sintonia e que o Hospital deve continuar a cumprir a missão para a qual foi concebido, nomeadamente, nos cuidados paliativos, na convalescença, na cirurgia de ambulatório, nas consultas de especialidade e nos meios complementares de diagnóstico. Sobre o cumprimento da missão do hospital considerou ser uma questão que deve ser analisada na globalidade, sendo certo que, no momento, é um Hospital de referência a nível nacional e que deve continuar a sê-lo. Recordou ainda que foi a primeira unidade de convalescença aberta no país, tal como aconteceu com a unidade de cuidados paliativos, sendo unidades de referência com uma unidade de cirurgia de ambulatório de referência e com avaliação de satisfação dos utentes com valores bastante significativos, devendo assim continuar, mantendo a sua manutenção no SNS e cumprindo a sua missão. De seguida apresentou um documento subscrito pelos Membros da Bancada do PS, no qual se congratulam por ter sido nomeado um Conselho de Administração para o Hospital Arcebispo João Crisóstomo e felicitam o novo Conselho de Administração, desejando-lhe as maiores felicidades no cumprimento do mandato que lhes foi confiado bem como a obtenção dos melhores resultados em prol da sustentabilidade do Hospital, da qualidade dos cuidados de saúde prestados aos cidadãos e na promoção da dignidade e da valorização e do

reconhecimento público da instituição. Recordaram que no passado mês de Junho, o PS de Cantanhede fez chegar ao Senhor Ministro da Saúde Dr. Adalberto Campos Fernandes a urgente necessidade da nomeação de um Conselho de Administração a quem fosse conferida legitimidade para o exercício de gestão dado que o Hospital se encontrava sem Conselho de Administração e tinha apenas uma direção técnica em gestão corrente. Lembraram que o PS de Cantanhede desenvolveu ao longo dos últimos três, quatro anos diversas iniciativas e tomadas de posição pela defesa do Hospital Arcebispo João Crisóstomo dentro do Serviço Nacional de Saúde, não tendo baixado os braços e mantiveram a atitude de não cedermos à narrativa da coligação PSD/CDS na altura de que a privatização era inevitável e a melhor solução. Referiram que foi essa atitude de coerência política e a persistência na procura de outra solução que fez com que o Hospital se mantivesse no Serviço Nacional de Saúde, longe da privatização. Informaram que saíram da Comissão criada na Assembleia Municipal porque, com o passar do tempo, se aperceberam que a sua finalidade era envolver todos para gerir o processo de privatização do Hospital. Agradeceram ainda ao governo do PS pela orientação política na saúde, ao Senhor Ministro da Saúde e ao Senhor Secretário Estado Adjunto da Saúde pela nomeação de um Conselho de Administração com as devidas competências e qualificações para colocar o Hospital a funcionar na sua plenitude, garantir a prestação de cuidados de saúde e disponibilizar o maior número de valências médicas nomeadamente consultas de especialidade. Afirmaram ainda que continuarão atentos ao cumprimento da missão do Hospital, nomeadamente, na qualidade e garantia dos cuidados de saúde de proximidade, no domínio da rede nacional de cuidados continuados integrados, nas tipologias de convalescença e paliativos, cirurgia de ambulatório, consultas de

especialidade importantes para a população, meios complementares de diagnóstico bem como na manutenção dos postos de trabalho existentes.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, o qual, aproveitando o facto do Sr. Presidente da Câmara ter falado da questão das extensões de saúde, defendeu que um Serviço Nacional Público e de qualidade, deve ser público e de qualidade desde as suas bases. Assim informou que, foi, já por várias vezes, solicitada uma reunião à tutela para resolver os problemas existentes nas extensões de Saúde de Murte, Sepins e Bolho, onde os horários não são cumpridos pelo facto dos médicos não poderem estar, simultaneamente, em dois lados. Recordou que a extensão do Bolho é a mais pequena, com menos serviços e que está fechada mais vezes, sendo os seus utentes, deslocados para Sepins ou para Murte, onde chegam com prioridade, obrigando os utentes de Sepins e de Murte a serem deslocados para Cantanhede. Falou ainda da dificuldade na obtenção de receitas por parte dos utentes, obrigando-os a recorrerem às farmácias sem as mesmas e criando alguns constrangimentos tanto para os utentes como para as próprias farmácias. Considerou finalmente que, se as extensões de saúde funcionassem normalmente, a consulta aberta funcionaria melhor e seriam reduzidas as idas às urgências do Hospital de Coimbra. Finalmente, relativamente à posição assumida pela bancada do PS quanto à Comissão criada para discutir o futuro do Hospital, referiu que a mesma não tinha ainda sido apresentada por qualquer outro meio.-----

----- Foi ainda, dada a palavra à Sr.ª Enf.ª Helena Fernandes, a qual, após cumprimentar todos os presentes, agradeceu as palavras proferidas sobre os órgãos de gestão cessantes do Hospital de Cantanhede proferidas pelo Senhor Presidente

da Câmara, Dr. João Moura e, de seguida, descreveu pormenorizadamente a gestão realizada por aquela comissão nos seus quatro anos de mandato, nomeadamente: -- A abertura de dois concursos para enfermeiros que permitiu a inclusão de 8 profissionais no mapa de pessoal; - A dotação do Bloco Operatório com materiais novos, desde ventilador, mesa operatória, candeeiros e material cirúrgico; - A Requalificação dos serviços de unidade de cuidados paliativos, a abertura de mais quatro camas e a implementação de uma equipa de cuidados paliativos domiciliários, a funcionar há dois anos e única no país; - A abertura da consulta de otorrino; - Decorrente de duas inundações onde se deterioraram imensos equipamentos, a reposição dos mesmos quer na farmácia, quer no laboratório; - O estabelecimento de vários protocolos com outras entidades, nomeadamente, com os Hospitais da Figueira da Foz, de Aveiro e de Coimbra, com a Câmara Municipal de Cantanhede e com a Santa Casa da Misericórdia. Finalizou a sua intervenção desejando que o novo Conselho de Administração consiga fazer melhor. -----

----- Interveio, de seguida, a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joana Seabra, a qual, após cumprimentar todos os presentes, na qualidade de médica de Medicina Geral e Familiar no concelho de Cantanhede, deu as boas vindas à nova Administração do Hospital de Cantanhede e uma palavra de agradecimento especial à Sr.<sup>a</sup> Enf.<sup>a</sup> Helena Fernandes pelo seu empenho ao longo dos 4 anos que passou naquela administração, garantindo a todos os melhores cuidados de saúde a nível hospitalar. De seguida concordando com as intervenções do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murte, Dr. Carlos Fernandes, concordou com o facto do problema existente se resolver com a colocação de mais médicos de Medicina Geral e Familiar e com a existência de um serviço de urgência real no Hospital de Cantanhede. Acrescentou que os médicos de Clínica Geral e Familiar são médicos de Medicina Geral e Familiar,

não médicos de urgência, pelo que poderiam estar toda a semana na sua extensão de saúde sem estarem na consulta aberta e sem prejudicarem os utentes. Com um serviço de urgência no Hospital, existiriam médicos de medicina interna e de outras especialidades ficando o problema das extensões resolvidos.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra ao Sr. Eng.º Rogério Marques, o qual após cumprimentar todos os presentes na sessão, centrou-se na Moção apresentada sobre o Serviço Nacional de Saúde, tendo recordado alguns dos problemas levantados pelos anteriores intervenientes. De seguida, manifestou o seu acordo com a Moção apresentada e apelou que que não fosse feito daquele Serviço uma bandeira política pois o SNS é como refere a Moção “acesso igual para todos independentemente das suas convicções”.-----

----- Interveio, de novo, o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual sugeriu que a Moção em Defesa do SNS fosse enviada ao Ministério da Saúde e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República. De seguida, recordou que os problemas existentes na área da saúde, quer no Hospital, quer nos Centros de Saúde ou nas ARS’s não são de hoje, mas sim um acumular de um conjunto de políticas tomadas nos últimos anos, sobretudo motivados pelas políticas de austeridade que os condicionaram. Acrescentou que todos sabem que o SNS não é, nem nunca será, um sistema perfeito, sendo sim um sistema em plena construção. Acrescentou ainda que não se deve esquecer que o SNS é uma mais-valia e que foi uma grande conquista do 25 de Abril. Voltou a referir que a Bancada do PS defende os interesses do SNS e dos serviços para o qual foi criado e lembrou o porquê de terem saído da Comissão, nomeadamente, porque tinham um propósito claro, defender o Hospital de Cantanhede no SNS e lutar pela sua manutenção. Acrescentou que, a determinada altura aperceberam-se que, no decorrer das negociações, começou-se a estudar uma

alternativa, dando-se como adquirido o facto que o Hospital iria passar para a Misericórdia, não sendo esse o objetivo. Assim, uma vez que o objetivo estava a ser desvirtuado optaram e bem por sair daquela Comissão e continuar a lutar pela defesa da manutenção do Hospital no SNS, o que foi conseguido. Deu, de seguida, os parabéns à anterior administração pelo trabalho e pelo esforço que fez ao longo dos últimos meses. Relativamente à nova administração, afirmou não perceber o porquê de ter demorado tanto tempo a ser nomeada, mas tem a convicção que o foi, em grande parte devido à influência do PS de Cantanhede que teve uma reunião com o Secretário de Estado da Saúde, a quem apresentou os problemas que Cantanhede tinha a esse nível. Finalmente, expressou o seu desejo de sucesso para o novo Conselho de Administração.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Câmara. Dr. João Moura, o qual afirmou não se rever em algumas das palavras antes proferidas e recordou que a política de austeridade foi implementada pelo anterior governo liderado pelo Engenheiro José Sócrates, Governo esse que cometeu grandes erros e se encontra falido para poder ter os enfermeiros e os médicos necessários. Afirmou ainda que todos defendem o Serviço Nacional de Saúde e que umas das condições da Comissão criada, reiterada pela ARS Centro, era o facto de, se o Hospital fosse entregue à Misericórdia, as pessoas teriam o mesmo acesso e não pagariam mais por isso, tal como está a acontecer em outros Hospitais. Deu como exemplo as urgências dos hospitais de Coimbra e da Mealhada onde os serviços prestados são de qualidade e acrescentou que continua a defender o cumprimento do protocolo celebrado em 2007, sendo certo que, só existirá vitória quando se conseguir que o Hospital não continue a regredir mas que possa, no âmbito do SNS, e com o Ministério da Saúde, ter as consultas de especialidade reforçadas.-----

----- Finalmente, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação a “Moção Em Defesa do Serviço Nacional de Saúde”, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção e passando já do tempo regulamentar, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da ordem do dia, sugerindo que os assuntos por abordar fossem sendo inseridos na discussão dos Pontos da Ordem do Dia, caso se relacionem com os mesmos.-----

----- **Entrou-se de seguida no Ponto 1 da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»:** -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da documentação entretanto entregue.-----

----- **Passou-se, de seguida, ao Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da 2.ª Alteração ao Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede / Relatório de Ponderação da Discussão Pública»:**-----

----- Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, este solicitou a presença do Sr. Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, em regime de substituição, Eng.º António Abreu, para que fosse ele a apresentar o assunto em análise.-----

----- Concordando, o Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes solicitou ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura que apresentasse o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 2004/2015 / António Jesus da Costa / Sanguinheira / Retificação da deliberação de 02/02/2016»** e o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1325/2016 / Lofanc, Carpintaria Mecânica, Ld.ª / Rua Chão do Rolão, Fornos, Freguesia de Cadima»**, por se tratarem ambos de

pedidos de Reconhecimento de Interesse Público Municipal.-----

----- Tomou então a palavra o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que, relativamente ao Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 2004/2015 / António Jesus da Costa / Sanguinheira / Retificação da deliberação de 02/02/2016», apenas se trata de uma correção da localização, uma vez que a local onde se encontra instalada a atividade pecuária se situa no lugar de Gesteira e não no lugar de Sanguinheira. Em relação ao ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1325/2016 / Lofanc, Carpintaria Mecânica, Ld.ª / Rua Chão do Rolão, Fornos, Freguesia de Cadima», informou tratar-se de uma carpintaria que, tal como tem acontecido com os processos idênticos, tem a possibilidade de se manter na freguesia, ao abrigo da exceção legalmente prevista, necessitando assim do reconhecimento do interesse público municipal por parte da Assembleia.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 3 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 2004/2015 / António Jesus da Costa / Sanguinheira / Retificação da deliberação de 02/02/2016»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de Reconhecimento do Interesse Público Municipal / Processo n.º 1325/2016 / Lofanc, Carpintaria Mecânica, Ld.ª / Rua Chão do Rolão, Fornos, Freguesia de Cadima»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa informou de seguida que chegou entretanto à Mesa uma comunicação do Sr. Dr. Fernando Simão, informando da sua impossibilidade de participar na sessão por motivos profissionais, ficando devidamente justificada aquela falta.-----

----- Tendo entretanto comparecido o Sr. Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, em regime de substituição, Eng.º António Abreu, passou-se, de seguida, ao **Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da 2.ª Alteração ao Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede / Relatório de Ponderação da Discussão Pública»**:-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, em regime de substituição, Eng.º António Abreu, o qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, apresentou exaustivamente todas as alterações constantes da proposta de alteração do Plano de Urbanização de Cantanhede em análise e enviada a todos os Membros da Assembleia.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 2 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da 2.ª Alteração ao Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede / Relatório de Ponderação da Discussão Pública»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que os **Pontos, 5 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Prova Desportiva de Atletismo “Duas Léguas Gandaresas”», 6 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos, Licença de Ruído e Fogo-de-Artifício / Semana Cultural e Gastronómica da Sanguinheira», 7 - «Apreciação, discussão**

**e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ourentã / Licença Especial de Ruído e Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos / Sun 7 Fontes», 8 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença Especial de Ruído / Semana Cultural de Ançã 2016», 9 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença Especial de Ruído e Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos / Festa em honra do Senhor da Fonte», 10 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / III Semana Cultural e II Mostra Gastronómica», 11 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Espaço Folk 2016» e 12 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de São Caetano / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Semana Cultural de São Caetano 2016», tratam de propostas de isenções de taxas a várias Juntas de Freguesia, pelo que seriam apresentados e discutidos conjuntamente.-----**

----- De seguida deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou tratarem-se de isenções de taxas para festas, licenças de ruído, fogo-de-artifício, entre outras, a pedido das várias Freguesias, conforme consta das informações enviadas e que têm obrigatoriamente de ser presentes à Assembleia Municipal.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 5 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Prova Desportiva de Atletismo “Duas Léguas Gandaresas”**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 6 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia da Sanguinheira / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos, Licença de Ruído e Fogo-de-Artifício / Semana Cultural e Gastronómica da Sanguinheira**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 7 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ourentã / Licença Especial de Ruído e Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos / Sun 7 Fontes**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 8 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença Especial de Ruído / Semana Cultural de Ançã 2016**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 9 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Ançã / Licença Especial de Ruído e Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos / Festa em honra do Senhor da Fonte**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 10 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de Febres / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / III Semana Cultural e II Mostra Gastronómica**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 11 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Espaço Folk 2016**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Antes da votação do **Ponto 12 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção de taxas à Freguesia de São Caetano / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Semana Cultural de São Caetano 2016**, interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, alertando para o facto de continuar a ficar publicidade em vários locais do concelho após a realização dos eventos, dando como exemplo a APP de Cantanhede publicitada pela Associação Empresarial de Cantanhede que continua junto às estradas do Concelho, mês e meio após a realização da Expofacil.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura que a situação já foi comunicada àquela Associação Empresarial e solicitado que fosse removida toda aquela publicidade.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 12 - Apreciação, discussão e votação da proposta de isenção**

**de taxas à Freguesia de São Caetano / Licença de Funcionamento de Recinto de Espetáculos e Divertimentos Públicos e Licença Especial de Ruído / Semana Cultural de São Caetano 2016**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes informou que os **Pontos 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras de Ampliação do Cemitério de Ançã», 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Arranjo de fugas de água na estrada Tocha – Arazedo», 15 «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Aquisição de pérgola para a EB1 de Murtede», 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Aquisição de Carrinha», 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Requalificação da Casa Carlos de Oliveira», 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Aquisição de terreno junto à Fonte das Amieiras», 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Sepins e Bolho / Parceria para a Gestão das Atividades de Animação e Apoio à Família para a Educação Pré-Escolar nos Jardins de Infância do Concelho», 20 «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Sanguinheira / Pintura da EB1 de Gesteira e muros envolventes» e 21 «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Sepins e Bolho / Aquisição de Carrinha», tratam de propostas de atribuição de subsídios a várias Freguesias, pelo que também seriam apresentados e discutidos conjuntamente.-----**

----- Deu, de seguida, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual afirmou que todas as informações apresentadas consoantes os Pontos em análise são claras e fez um resumo das Freguesias em questão, do objetivos de cada subsídio respetivo e dos correspondentes valores atribuídos.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Pontos 13 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã / Obras de Ampliação do Cemitério de Ançã»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Pontos 14 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Tocha / Arranjo de fugas de água na estrada Tocha – Arazede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Pontos 15 «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Murtede / Aquisição de pérgola para a EB1 de Murtede»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Pontos 16 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Aquisição de Carrinha»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 17 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Requalificação da Casa Carlos de Oliveira»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Pontos 18 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de São Caetano / Aquisição de terreno junto à Fonte das Amieiras»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Antes da votação do **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Sepins e Bolho / Parceria para a Gestão das Atividades de Animação e Apoio à Família para a Educação Pré-Escolar nos Jardins de Infância do Concelho»**, interveio o Sr. Dr. Luis Pato, tendo solicitado ao Sr. Presidente da Mesa a possibilidade de discutir o atraso nas obras do Parque Infantil sito no Largo Cândido dos Reis, em Cantanhede.-

----- Após alguma discussão sobre essa possibilidade, o Sr. Presidente da Mesa recusou a sugestão e passou à votação do **Ponto 19 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Sepins e Bolho / Parceria para a Gestão das Atividades de Animação e Apoio à Família para a Educação Pré-Escolar nos Jardins de Infância do Concelho»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Antes da votação do **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia da Sanguinheira / Pintura da EB1 de Gesteira e muros envolventes»**, interveio o Presidente da Junta de Freguesia da Sanguinheira, Sr. Euclides Vinagreiro, o qual, após cumprimentar todos os presentes, agradeceu à Câmara Municipal as obras realizadas nas escolas da Gesteira e da Sanguinheira, as quais ficaram com muito melhores condições para acolher os alunos no ano escolar que se inicia.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o **Ponto 20 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição**

**de subsídio à Freguesia da Sanguinheira / Pintura da EB1 de Gesteira e muros envolventes», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Sepins e Bolho / Aquisição de Carrinha»:-----**

----- Não havendo mais pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Mesa colocou a votação o Ponto 21 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Sepins e Bolho / Aquisição de Carrinha», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de concurso público para: “Concessão da Exploração do Bar/Restaurante do Largo do Mercado na Praia da Tocha”»:-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que, por ter havido incumprimento por parte do anterior concessionário o Município foi forçado a rescindir o contrato celebrado com o mesmo, pelo que se torna necessário a abertura de novo concurso, por três anos com a possibilidade de mais um, com início em janeiro de 2017 e com uma base de licitação de 80,00 € por mês, praticamente metade da anterior concessão. Justificou de seguida a redução do valor da licitação pela situação de crise do país e por se verificar que é um bar com maior rentabilidade nos meses de praia, nomeadamente, em julho e o agosto, encontrando-se encerrado, possivelmente nos restantes meses do ano. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 22 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento através de concurso público para: “Concessão da Exploração do**

**Bar/Restaurante do Largo do Mercado na Praia da Tocha”», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração dos estatutos da AREAC – Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro»:-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que, a alteração proposta se refere à alteração do mandato de três para quatro anos, coincidindo assim com os mandatos autárquicos.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 23 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de alteração dos estatutos da AREAC – Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro”», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----**

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – CIM-RC /Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transportes de Passageiros»:-----**

----- O Sr. Presidente da Mesa deu, de novo, a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual esclareceu que, uma das funções da Comunidade Intermunicipal é no fundo, que os seus 19 municípios ganhem alguma escala e, em termos de determinadas matérias, que a competência se centralize na mesma comunidade. Esclareceu ainda que, as competências dos transportes intermunicipais são da tutela da administração central que faz a concessão, no caso do concelho com a TRANSDEV, e relativamente aos transportes dentro do Município, a INOVA promove essa rede de transportes. Assim, informou que a CIM propõe chamar a si

aquele processo, pretendendo ganhos de escala, ganhos de eficiência e melhorar a gestão dos transportes municipais que, como todos sabem, são altamente deficitários. Acrescentou que a intenção por um lado é esmagar o prejuízo que possa existir e melhorar tanto a componente financeira como o próprio serviço.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 24 - «Apreciação, discussão e votação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – CIM-RC /Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transportes de Passageiros»**», tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual tendo solicitado autorização para falar sobre os quatro Pontos respeitantes aos Impostos Municipais, informou que: - Relativamente à Derrama a proposta mantêm-se igual aos anos anteriores, se o volume de negócios for inferior a 150.000,00 € a aplicação de uma taxa reduzida de 1% sobre o valor tributável e para valores superiores àquele valor, a aplicação da Derrama máxima de 1,5%; - Relativamente ao IMI, decorrente do compromisso assumido no início do Mandato na Assembleia Municipal, a diminuição progressiva da taxa do IMI até à taxa de 0,38%, bem como, os descontos às famílias, decorrentes do previsto em legislação, correspondente a menos 20,00 €, no caso de um dependente, 40,00 € no caso de dois dependentes e 70,00 € no caso de três ou mais dependentes; - Relativamente ao IRS propõe-se a taxa máxima de 5%, como um esforço solidário pedido a todos os municípios. Recordou que o IRS é um imposto progressivo e apresentou três simulações do impacto daquele imposto nas famílias consoante a dimensão do agregado familiar e dos ordenados auferidos; - Relativamente à taxa municipal de

direitos de passagem a proposta mantêm-se em não a cobrar; - Relativamente à derrama, recordou as discussões efetuadas em anteriores sessões e voltou a frisar que todos os impostos arrecadados são extremamente importantes porque são a base para novos investimentos. Recordou ainda todas as políticas do Município, várias vezes referidas ao longo do mandato, tendo em vista a fixação de novas empresas no Concelho e afirmou nunca ter encontrado uma empresa que diga que não vai para Cantanhede porque existe a Derrama. Informou de seguida que, decorrente do previsto no Regulamento de Incentivo à Empregabilidade, o Município irá brevemente uma soma considerável em subsídios às empresas pela criação de postos de trabalho no Concelho. Finalizou a sua intervenção afirmando que todo o dinheiro amealhado por estas vias será novamente investido no âmbito das candidaturas a fundos comunitários do Portugal 2020.-----

----- Passou-se de seguida, à discussão do **Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de cobrança de Derrama relativa ao ano de 2016»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. João Paulo Vagos, o qual referiu que a Bancada do PS tem pontos de vista diferentes, e que lhe faz alguma confusão que, por um lado, sejam ressalvados os resultados positivos dos últimos exercícios e a consolidação que tem vindo acontecer, tendo-se pago mais dívida do que aquela que seria espectável e, por outro lado, não se dê esse benefício aos cidadãos e às empresas. Recordando a explicação dada anteriormente pelo senhor Presidente da Câmara expôs e colocou as seguintes questões: - As pequenas e médias empresas que nasceram no Concelho e que construíram nos seus próprios terrenos e nunca tiveram necessidade de adquirir um lote numa zona industrial, e que poderão representar 80% ou 90% das empresas sediadas no Concelho, sendo, de certeza, as que empregam mais gente, as mesmas nunca terão acesso a esse benefício da

redução do preço por metro quadrado; - Se é importante trazer mais empresas pela venda de lotes, porque não desenvolver as áreas empresariais que estão em projeto há algum tempo? – Relativamente à questão da empregabilidade e do incentivo à empregabilidade, quais são efetivamente os resultados concretos? – Olhando para tudo o que tem sido defendido pela União Europeia, nomeadamente, os projetos de apoio, quer do Governo Português, quer da Europa, tudo tem sido canalizado fundamentalmente para o investimento empresarial e para novos projetos, num objetivo global de fazer crescer o PIB Português. Porque não usa também a Câmara Municipal da mesma estratégia, apoiando o investimento privado, neste caso, em relação às empresas? Finalmente referiu que, se a posição do Executivo tem sido idêntica e tem mantido a mesma opinião e a mesma fundamentação, também a bancada do PS deve manter a sua posição, continuando a ser contra e continuar a propor alternativas porque, pelos relatórios e as contas apresentadas, considera que existe fundamentação suficiente para achar que a taxa seja 0%.-----

----- Interveio, de seguida o Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual após cumprimentar todos os presentes, declarou compreender a posição da Bancada do PS, até porque é da discussão de ideias que nasce a luz e que se consegue aprofundar todas as situações. Acrescentou que, também concorda que ninguém gosta de pagar impostos, mas por outro lado, todos gostam de se sentir alegres e bem-dispostos por termos de facto condições no Concelho que de outra forma não teríamos. Reforçou que, se ninguém pagasse impostos no concelho, não existiriam estradas, nem distribuição de água, nem apoio escolar, pois tal não seria possível. Afirmou ficar preocupado sim, se a Câmara arrecadasse os impostos e não os aplicasse, o que não é o caso. Acrescentou que apesar do esforço, ainda há muitas

situações que têm de ser melhoradas no concelho, como por exemplo as estradas que estão desventradas, sendo necessário um esforço coletivo para que tal aconteça.-

----- Tomou a palavra o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Adérito Machado, o qual afirmou que, o que se pretende é que a Câmara faça investimentos e não que guarde receita, até porque os investimentos efetuados não são ruinosos e são feitos com consciência. Acrescentou que o Município é um exemplo a nível distrital na execução de obras, sendo líder na quantidade de processos em curso. Afirmou que há que ter consciência, porque todos são do concelho de Cantanhede e devem estar conscientes das obras que se têm realizado. Concluiu que os impostos são uma receita fundamental para que haja qualidade de vida no concelho.-----

----- Voltou a intervir o Sr. João Paulo Vagos, o qual referiu ser benéfico existirem opiniões diferentes e locais próprios onde elas possam ser discutidas e que, nunca se dirigiu à Assembleia sem ler e analisar exatamente o que estava em discussão, por forma a ter uma opinião devidamente fundamentada.-----

----- Foi de novo, dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o qual voltou a referir que os dados sobre o Regulamento de Incentivo à Empregabilidade e sobre o Regulamento de Incentivo à Natalidade serão fornecidos em tempo oportuno, no final do ano. De seguida recordou que a receita da venda dos Lotes não cobra as despesas necessárias para infraestruturar uma zona industrial, pois devem-se abrir caminhos, criar redes de esgotos, de água e eletrificar, entre outros. Referiu-se ainda ao facto de Cantanhede estar em primeiro lugar, em relação ao balanço em importações e exportações, na zona da CIM, ficando à frente de concelhos como Oliveira do Bairro, Anadia e até mesmo da Figueira da Foz. Recordou ainda que uma grande quantidade de empresas se encontram a fazer os seus investimentos, muitas delas através do Portugal 20 20 e o Município tem de se preparar, a longo prazo, para um conjunto de

situações tais como a revisão do sistema rodoviário do concelho, sem qualquer elegibilidade em fundos comunitários. Finalizou reforçando que é necessário arrecadar receita, contrabalançando com o que vem do Estado Central, para reinjetar na economia e verificar que a qualidade de vida vai subindo no Concelho, ano após ano, com o investimento que vai sendo feito.-----

----- Finalmente foi dada a palavra ao Sr. Eng.º Rogério Marques, o qual referiu não haver nenhum Executivo de nenhuma Câmara Municipal do país que não queira baixar os seus impostos para proporcionar mais dinheiro aos seus munícipes da mesma maneira que, as pessoas de cada município, também gostariam que os impostos fossem mais reduzidos. Acrescentou que para haver consolidação orçamental, obras na área social ou obras na educação, tem que haver impostos, tendo recordado o imposto aos Turistas que a Câmara Municipal de Lisboa lançou quando diminuiu os impostos aos seus Municípios. De seguida sugeriu que, para além de se incentivar as empresas logo no início, quando se veem instalar no concelho, proporcionando o preço por metro quadrado mais económico, de modo a promover a economia e a empregabilidade, nos três primeiros anos de criação das novas empresas, desde que criem postos de trabalho naquele concelho, a Derrama seja isenta, no momento em que elas estão financeiramente a fazer um maior esforço e depois quando há lucro, são tributadas, tal como acontece em outros Municípios.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 25 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de cobrança de Derrama relativa ao ano de 2016»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 22 votos a favor, 4 votos contra e 1 abstenção.-----

----- Após a votação, o Sr. João Paulo Vagos procedeu à leitura de uma declaração de voto apresentada pela Bancada do PS, do seguinte teor: *“Como temos defendido, as políticas municipais devem potenciar o desenvolvimento económico e a captação de investimento gerador de riqueza e emprego para o concelho. Não entendemos que por um lado nos sejam vangloriados resultados de consolidação financeira, enaltecendo uma redução da dívida acima do previsto e por outro lado não se transforme esses resultados em benefícios das empresas e dos munícipes. A taxa de 1,5% a todas as empresas com lucros tributáveis acima dos 150.000€ volta a penalizar os maiores empregadores do concelho em contracorrente com alguns concelhos da nossa região. A taxa de 1% para as empresas com lucros abaixo de 150.000€ penaliza a esmagadora maioria do tecido empresarial fundamentalmente empresas locais grandes responsáveis pela produção, comércio e serviços locais e pelo emprego dos nossos concidadãos. Defendemos a aplicação de uma taxa de Derrama de 0% para todas as empresas instaladas no nosso concelho, incluindo estas pequenas e médias empresas que apresentem lucros abaixo de 150.000€. Com esta proposta, este executivo continua a penalizar as pequenas empresas com atividades de natureza comercial, industrial e agrícola, e assim não promove o comércio e a agricultura no concelho. Mas este executivo não é sensível a estas matérias, mesmo num momento em que toda a Europa e o Governo Português estão a criar programas de apoio ao investimento, a colocar os fundos europeus ao serviço dos empresários, de modo a potenciar o crescimento do PIB e fazer crescer o emprego em toda a zona euro. Mantemos a nossa posição defendida anteriormente de que são necessários mais estímulos ao desenvolvimento económico e crescimento de emprego e não ao contrário. Pelos factos acima referidos os membros da bancada do PS nesta Assembleia Municipal votam contra a presente proposta de Derrama.”*-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) para o ano de 2017»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Manuel Teixeira, o qual, referindo-se à Declaração de voto acabada de ler, esclareceu que os 150.000,00 € correspondem ao volume de negócios e não ao lucro das empresas. Relativamente ao IRS, questionou a bancada do PS sobre se também iriam votar contra o facto do Município conceder a benesse prevista no código do CIMI para as famílias.-----

----- Após uma breve discussão sobre o assunto, o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura esclareceu que a Lei diz: “para fazer o cálculo até 150.000,00€ ou superior a 150.000,00€ tem a ver com o volume de negócios e quando o volume de negócios é até 150.000,00€, a taxa pode ser uma taxa reduzida sobre o lucro tributável. As empresas que têm o volume de negócios superiores a 150.000,00€, a taxa sobre o lucro tributável passa a ser 1,5% - taxa máxima.”-----

----- Interveio o Sr. João Paulo Vagos o qual expôs a Declaração de Voto subscrita pela Bancada do PS e, após alguma discussão sobre a oportunidade da sua leitura, o Sr. Presidente da Mesa solicitou que procedesse à leitura da mesma, do seguinte teor: *“A C.M.C tem vindo a apresentar-nos uma redução insignificante nas taxas de IMI com o objetivo de chegar a 2017 com uma taxa de 0,38%. Ora este supostamente ambicioso plano significa que para a habitação no valor de 100.000,00 € que em 2013 pagou 390,00 €, em 2017 pagará 380,00€. Portanto estamos a falar de redução de 10,00€ passados quatro anos. No entanto, segundo os relatórios e documentos de prestação de contas do município este imposto continua a ter um crescimento significativo, demonstrando ano após ano poder ser reduzido aliviando assim os orçamentos familiares. Quando o governo decide reduzir a taxa máxima de 0,5% para*

*0,45%, a CMC em contraciclo decide manter a sua proposta anterior, não permitindo assim que os munícipes de Cantanhede beneficiem desta redução, tal como certamente acontecerá na maioria dos concelhos. Para tal defende que tem tomado outras medidas e desenvolvendo programas com impacto na despesa, como os programas de incentivo à natalidade e à empregabilidade. Pois, como já fizemos anteriormente, cabe-nos outra vez questionar sobre os resultados efetivos e concretos destes programas. Quantas famílias receberam tal incentivo? Quantos empregos geraram o programa de empregabilidade? Como temos vindo a defender este imposto pode e deve ser alvo de uma redução mais significativa em benefício dos habitantes do concelho de Cantanhede e não apenas dos cofres da Câmara Municipal. Continuamos, por isso, convictos da validade da proposta que temos defendido e que consiste na fixação da taxa mínima de IMI em 0,3%. Pelos factos acima referidos os membros da bancada do PS nesta Assembleia Municipal votam contra a presente proposta de IMI.”-----*

----- Voltou a intervir o Sr. Manuel Teixeira, o qual referiu estar bem claro que a declaração de voto apresentada, por um lado pede ao Município a redução do IMI, por outro lado vota contra uma proposta do Executivo para que a taxa do IMI seja reduzida em função dos agregados familiares do Município.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual informou também que, o Governo ao anunciar uma baixa de 5% para 4,5% não está a retirar dinheiro ao orçamento central mas sim às Autarquias, o que, no caso de Cantanhede tal facto não interferir porque Cantanhede tem uma taxa abaixo daquela percentagem.-----

----- Finalmente voltou a falar o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual repetiu que os dados relativos à empregabilidade e à natalidade serão fornecidos oportunamente, quando os processos estiverem concluídos e considerou incorreta a

colocação daquela argumentação como base para um voto contra. Finalmente procedeu a uma descrição das receitas do IMI ao longo nos últimos anos e informou que a previsão para o próximo ano será de 4,9 milhões de euros, face aos 5,3 milhões de euros arrecadados no presente ano.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 26 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) para o ano de 2017»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 24 votos a favor e 4 votos contra.-----

----- Após a votação e após uma breve discussão sobre a oportunidade da sua apresentação e leitura, o Sr. Presidente da Mesa solicitou ao Sr. Presidente da Junta de Murte, Dr. Carlos Fernandes, que procedesse à leitura da Declaração de Voto subscrita pela Bancada do PSD, do seguinte teor: *“A bancada do PSD vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal de Cantanhede para fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis no ano de 2017, pelos seguintes motivos: 1 - De acordo com a baixa gradual programada e anunciada pelo executivo há anos, a proposta de fixação da taxa em 0,38% contempla uma redução efetiva da taxa para todos os proprietários de prédios urbanos, redução esta que acresce às baixas já registadas ao longo dos últimos 4 anos; 2 - Além da referida redução, a taxa proposta é significativamente inferior ao máximo legal, já que o Código do IMI estabelece que a taxa a fixar pelos Municípios sobre o IMI dos prédios urbanos pode variar entre 0,3% e 0,45%; 3 - A adesão do Município de Cantanhede à redução do IMI, para agregados familiares com dependentes, conforme previsto na Lei n.º 82-B/2014 e Lei n.º 7-A/2016, é uma importante medida, contribuindo para a dinâmica económica e social e para a fixação de novas famílias; 4 - Acresce que essa redução da taxa foi deliberada pelo executivo nos seus valores máximos, ou seja, 20,40 e 70€ para os agregados*

*familiares com, respetivamente, um, dois e três ou mais dependentes a cargo; 5 - Estas reduções vão continuar a abranger um número muito significativo de agregados (mais de 2800 agregados familiares) e devem ainda ser enquadradas no conjunto vasto de medidas de caráter social promovidas pelo Executivo da Câmara, das quais destacamos o Programa de Apoio à Natalidade, o Incentivo à Reabilitação Urbana e o Programa de Apoio à Empregabilidade; 6 – Nestas medidas sociais, a Câmara deixa de auferir uma receita na ordem das várias centenas de milhares de euros, verba que certamente faltará para a realização de obras, quer na cidade, quer nas freguesias; 7 – Registe-se ainda que a baixa do IMI proposta pela Câmara vem em completo contraciclo com as medidas do Governo PS de ataque à classe média, nomeadamente o aumento de 5 para 20% do fator de localização e operacionalidade importante na determinação da qualidade e conforto e, em especial, o recém anunciado novo imposto sobre o património, que os fiscalistas definem como “desastroso” porque afastará investidores e aumentará as rendas das casas. Quer se portanto retirar aos Municípios para dar ao Governo Central.”-----*

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) relativo ao ano de 2017»:**-----

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a correta oportunidade de apresentação das Declarações de Voto aquando da discussão dos Pontos da Ordem do dia, considerou que a Bancada do PS está a ser penalizada nas suas intervenções, exigiu o mesmo respeito que a Bancada tem por toda a Assembleia e afirmou que assumem a responsabilidade de todas as suas intervenções. Relativamente ao IRS recordou ser um imposto que penaliza fortemente os rendimentos das famílias e que há muitas

Câmaras que abdicam daquele valor em prol das mesmas. Acrescentou que, nesse caso as famílias agradecem, pois contribui para o aumento do seu poder de compra que, por sua vez, contribui para o aumento do consumo, do aumento da produtividade e por aí fora, sendo assim benéfico. Considerou assim que, uma vez que há folga financeira, é tempo da Câmara olhar para as famílias e para o momento difícil que as mesmas atravessam, ajudando-as. Considerou ainda ser importante que a Câmara Municipal ajude as populações, porque apesar das infraestruturas serem necessárias e indispensáveis para uma boa qualidade de vida, as famílias e as populações devem ser defendidas e apoiadas. Finalmente informou que a Bancada do PS considera que a taxa deveria ser de 2,5%, devolvendo os restantes 2,5% às famílias, não ficando ninguém a perder.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes afirmou não ser fácil dirigir uma Assembleia, que não há privilégios para nenhuma das bancadas e que na direção dos trabalhos há toda a isenção e todo o respeito democrático por todos. Acrescentou que apenas solicitou a leitura da Declaração de Voto antes da Votação porque a bancada do PS já tinha anunciado o seu sentido de voto, embora em termos normais, a declaração de voto seja apresentada no fim da votação.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual referiu que, é exatamente porque as pessoas estão em primeiro lugar que o dinheiro amealhado é reinvestido. De seguida, fazendo as contas a todas as propostas de redução apresentadas pela Bancada do PS, as quais provocariam uma redução de cerca de 2 milhões no orçamento municipal, questionou sobre onde iriam buscar aquele valor. Acrescentou que sem aquele valor, os investimentos diminuiriam, não poderia ser distribuído pelas freguesias, para a Educação, Cultura e Desporto, não haveria qualquer possibilidade de promover a aplicação de os fundos comunitários

por falta de capitais próprios. Afirmou ainda que não se importava pagar 50% do seu ordenado para impostos desde que lhe fosse garantida qualidade de vida e ter um Serviço Nacional de Saúde ou uma Educação como deve ser. Informou ainda que o Orçamento tem que ser preparado com bases previsíveis e que o Estado Central deve, ao universo da Câmara Municipal, INOVA e BIOCANT, um milhão de euros em candidaturas a fundos comunitários que estão encerradas desde agosto 2015 e inda não foram pagos por conveniência do Ministério das Finanças que tem as verbas cativas para cumprir com o défice perante Bruxelas. Assim, voltou a referir que se deve olhar de forma diferente para a preparação do orçamento para 2017 porque não há certezas e a base tem que ser sólida, para poder cumpri-lo a 100%. Afirmou ainda que todos os Municípios têm cumprido e dado o exemplo perante o Estado Central, representando apenas 5% da dívida pública e isso devido ao anterior Governo com a aplicação da Lei das Finanças Locais e da Lei dos Compromissos. Referiu ainda que os impostos pagos ao Estado Central pelas empresas deveriam ficar todos no concelho de Cantanhede para o Município voltar a investir e não ficar em Lisboa para sustentar a máquina do Estado, dando como exemplo o IRS e o IRC.-----

----- Interveio o Sr. Manuel Teixeira, o qual deu nota que a bancada do PS, tem uma grande preocupação com os munícipes em querer baixar a taxa do IRS de 5% para 2,5%, quando no ponto anterior votaram contra uma redução do IMI.-----

----- Finalmente, o Sr. Prof. Abel Carapêto esclareceu que a sua bancada não votou contra a redução do IMI, apenas considera que há folga para o IMI baixar até aos 0.3%, o que é completamente diferente.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 27 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de participação do Município de Cantanhede no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)**

**relativo ao ano de 2017»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 24 votos a favor e 4 votos contra.-----

----- Após a votação o Sr. Prof. Abel Carapêto apresentou a seguinte Declaração de Voto, subscrita pela Bancada do Partido Socialista: *“A Lei n.º 73/2013 de 13 de Setembro estabelece que as Câmaras Municipais têm direito reter até 5% do IRS dos residentes concelhios e que podem abdicar do valor em favor dos concidadãos. Porem o executivo camarário de Cantanhede aprovou por maioria manter a taxa de IRS no valor máximo, 5% dos contribuintes residentes no concelho. Nesta perspetiva, a bancada do PS da Assembleia Municipal de Cantanhede manifesta a sua discordância, votando contra. Mais propõe à CMC que abdique de 2,5% em favor dos contribuintes de forma a contribuir para o aumento do poder de compra de todos os concidadãos do concelho; criar incentivos para atrair jovens e quadros técnicos qualificados; procurar inverter o progressivo envelhecimento da população do concelho mantendo a população e atrair novos residentes; tornar-se mais atrativo e competitivo a nível fiscal.”*-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo para o ano de 2017»**:-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 28 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público num local fixo para o ano de 2017»**, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 27 votos a favor e 1 abstenção.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 29 - «Informação do Auditor Externo sobre a situação Económica e Financeira do Município de Cantanhede reportada a 30 de junho de 2016, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro / Para conhecimento»**:-----

----- Foi dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes informou tratar-se de uma informação simples feita de acordo com a Lei. Referiu ainda que o relatório em questão foi feito pelo Auditor Externo, é relativo ao primeiro semestre, e de forma muito geral, conclui que não foram detetadas situações anómalas que mereçam ser reportadas, os fundos disponíveis foram sempre positivos e a Câmara cumpriu com tudo o que é imposto por Lei.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes deu a palavra ao Sr. João Paulo Vagos, o qual colocou as seguintes questões: - Ao ler no referido relatório que “A organização contabilística do Município não está preparada para produzir contas intercalares com um grau de rigor equivalente a contas anuais. Por inadequação dos sistemas de contabilidade e do controlo interno e de outros procedimentos específicos ligados ao processo de fecho mensal”, considera que esse facto não é muito favorável e não ajuda a um controlo rigoroso, uma vez que, se calhar, há lançamentos que são feitos só no final do ano, podendo provocar algumas surpresas; - Solicitou esclarecimento sobre um comentário em relação ao limite da dívida que a 31 de Dezembro de 2015; - Solicitou esclarecimento sobre o facto das contas da Câmara Municipal não englobarem todas as entidades onde participa, nomeadamente as da INOVA, o que é recorrente por parte daquela Empresa Municipal, apesar de saber que aquele relatório tem de ser apresentado e que deve fazer parte integrante das contas da Câmara; - Aproveitando a alusão à INOVA,

questionou sobre o impacto da EXPOFACIC nas contas da INOVA, e consequentemente, alertou para o facto do espaço reservado às Juntas de Freguesia não ter sido do agrado de todos; - Relativamente à ABAP e ao BIOCANT, sendo o relatório de 2 de Setembro de 2016 e referindo o mesmo que não há alteração na gestão daquelas entidades questionou se o Sr. Presidente da Câmara Dr. João Moura já era ou não Presidente do Conselho Executivo do BIOCANT, naquela data.-----

----- Interveio de seguida a Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Teodósio, a qual respondeu às questões colocadas da seguinte forma: - Relativamente ao limite da dívida informou que a situação advém de uma situação anterior quando ainda não havia, nem a Lei dos Compromissos, nem as correções necessárias para fazer cumprir um orçamento, situações essas que aconteceram não só Cantanhede, mas também nos restantes Municípios. Recordou, de seguida que em 2009 o Município fez um plano de saneamento financeiro e desde essa altura nunca mais fez nenhum empréstimo. Recordou também que, conforme prevê aquele plano, bastaria o Município cumprir anualmente pelo menos 10% do excesso, o que representaria cerca de 300.000,00€, encontrando-se efetivamente a diminuir a dívida em mais de 3.000.000,00 €, ultrapassando largamente o que é imposto; - Relativamente à primeira questão colocada informou que se está a promover tudo para que no início do ano a contabilidade de custos esteja implementada, o que tornará mais fácil a leitura e execução do orçamento em termos constantes. Garantiu, no entanto, que a todo o momento, sabe exatamente qual é a situação da Câmara, o que se pode e o que não se pode gastar, sem qualquer dúvida, graças à equipa da parte financeira que controla constantemente a situação de saúde financeira da Câmara; - Relativamente ao englobamento das contas, informou que antes da preparação do Orçamento foi realizada uma reunião com o auditor da Câmara, o

auditor da INOVA, do BIOCANT e da ABAP para que se entendessem e calendarizassem atempadamente a apresentação dos seus dados. Acrescentou que efetivamente tem de haver alguma afinação em termos da calendarização, para que aqueles apartes não aconteçam, embora tenha mais a ver com a condição técnica dos auditores e não com o Executivo, com a INOVA, com o BIOCANT ou com a ABAP;

- Esclareceu, de seguida que, o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura já é há bastante tempo, o Presidente do Conselho de Administração do BIOCANT, não tendo ganho nenhuma nova função. Referiu ainda que terá sim trabalho acrescentado porque o Professor Carlos Faro deixou de fazer parte da equipa de gestão. Recordou ainda que, sendo Presidente de Câmara, não pode ser renumerado, tal como ela própria na qualidade de administradora da INOVA não recebe qualquer remuneração;

- Relativamente à Expofacic, voltou a referir que as suas contas estão todas plasmadas nas contas da INOVA que são públicas e que se querem informação mais detalhada, nada melhor do que solicitá-la na Assembleia Geral dos acionistas representada pela Câmara e onde têm assento os vereadores todos, à exceção da sua pessoa que tem acento no Conselho de Administração da INOVA;

- Relativamente ao espaço das Freguesias informou que, logo no início foram detetadas algumas situações que não estavam bem e foram corrigidas, tal como a colocação dos painéis e que outras correções foram efetuadas após sugestão dos próprios Presidentes de Junta. Acrescentou que considera que há ainda outras situações que podem a vir a ser melhoradas mas, no geral, foi muito positivo. Relativamente à gastronomia que por lá passou informou que não teve nada a ver com as contas da INOVA, pois cada Junta de Freguesia ou as suas Associações é que entenderam levar no seu próprio dia, aquilo que gostariam de divulgar e partilhar não só com os outros colegas mas também com as pessoas que por lá passaram.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, Enf.º José Maria Maia Gomes recordou que o Ponto em discussão é apenas para conhecimento, informando de seguida que se irá ausentar, pelo que se despediu de todos os presentes na sessão e solicitou que o Sr. Primeiro Secretário o substituísse na Mesa e dirigisse os trabalhos até acabar a ordem do dia.-----

----- O Sr. Primeiro Secretário, Dr. Adérito Machado, na qualidade de Presidente da Mesa, deu de seguida, a palavra ao Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual considerando que a Expofacis transbordou as fronteiras do concelho e de facto é uma festa de âmbito nacional, propôs que na Assembleia de dezembro houvesse um ponto na Ordem de Trabalhos onde se pudesse discutir qualquer assunto relacionado com a Expofacis, pois considera que também os Membros da Assembleia deveriam poder dar um contributo mais ativo sobre a festa do concelho. Acrescentou que, assim, a Comissão Organizadora iria receber alguns contributos importantes para o planeamento da próxima Edição da Expofacis. Relativamente à questão da notícia sobre o Biocant e do Sr. Presidente da Câmara ter acumulado o cargo de Diretor Executivo daquela Associação, questionou se essa acumulação iria retirar tempo ao Presidente da Câmara e se iria trabalhar na Câmara a tempo parcial? Como é que o Presidente do Conselho de Administração do BIOCANT se iria relacionar com o Diretor do executivo do BIOCANT? Como é que o Diretor Executivo João Moura iria reagir a uma decisão do Presidente do Conselho de Administração João Moura? Considerou assim que se levantam algumas dúvidas, motivos de alguma preocupação, sobretudo de questões de ética e moral.-----

----- Foi, de seguida, dada a palavra à Sr.ª Presidente da União das Freguesias de Cantanhede e Pociça, Prof.ª Aidil Machado, a qual elogiou o Sr. Presidente da Mesa ausente, Enf.º José Maria Maia Gomes pela forma justa, equilibrada e respeitosa com

que tem dirigido os trabalhos das sessões da Assembleia Municipal. De seguida, referiu que a forma como funcionou o espaço das Freguesias na Expofac diz respeito aos Presidentes de Junta, não admitindo a ninguém que fale por ela. Informou ainda que, todos os Presidentes de Junta receberam da Câmara Municipal um pedido de análise do espaço Freguesias, ao que todos, senão quase todos já responderam e aí sim se poderá avaliar a opinião de cada um. Quanto à gastronomia reforçou que foi o tema escolhido, sendo da responsabilidade de cada freguesia levar o que bem entendesse, por forma a publicitar os produtos de cada uma das terras, com a colaboração da Adegas Cooperativa. Considerou ainda que foi unanime a opinião de que foi um espaço de partilha e de conversa, mas também uma forma de se receber com dignidade todos munícipes das várias freguesias, sendo assim um espaço para continuar.-----

----- Interveio, de seguida o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Murtede, Dr. Carlos Fernandes, o qual, relativamente ao espaço das Freguesias, afirmou que também as Juntas de Freguesia têm contributos tão validos a dar como os expositores pagos, sendo que esses têm uma responsabilidade acrescida de fazer crescer a feira, nomeadamente, na sua vertente económica. Afirmou ainda que foi com agrado que acolheu a proposta de também as Juntas de Freguesia, apresentarem cada uma delas, os seus aspetos positivos e negativos, bem como propostas de melhoria para aquele espaço, o qual considerou de grandes virtudes. Recordou, também ele, as deficiências registadas no primeiro dia que foram prontamente corrigidas, bem como os desentendimentos iniciais existentes entre alguns Presidentes de Juntas quanto aos temas a abordar. Considerou ainda que com aquele stand único a responsabilidade pela manutenção do mesmo foi distribuída por todos, corrigindo algumas deficiências que ocorriam nos anos anteriores. Referiu ter-se ganho um

ponto de encontro onde todas as Juntas estiveram reunidas independentemente da sua cor partidária e onde o executivo camarário, representado por todos os seus vereadores por lá passaram quase todos os dias, ganhando-se um ponto fulcral de divulgação das próprias Juntas. Referiu também que, a adesão do público não foi a esperada, mas foi o primeiro ano, o espaço ficou reduzido e muitas pessoas que se dirigiram ao recinto do espetáculo para ver os concertos, não se aperceberam da existência do espaço, pelo que terá de haver um maior esforço de divulgação do mesmo pelas das próprias Juntas. Esclareceu ainda que, como era o ano inaugural o tema era livre, pelo que qualquer Presidente de Junta podia ter feito a animação de uma forma diferente.-----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Manuel Augusto dos Santos, o qual, voltando ao Ponto em análise, recordou que o relatório do auditor externo reporta-se ao mês de Junho e ao meio do ano, o que traz algumas complicações em termos práticos particularmente para a INOVA que se encontra, nessa altura, com o trabalho acrescido da realização da EXPOFACIC. Recordou também que o POCAL utilizado nas autarquias locais, tem vindo a sofrer afinações nos últimos dois, três anos e não tinha contabilidade analítica, como acontece com a grande maioria das Câmaras. Referiu-se assim ao ponto 17 - organização contabilística do Município onde é referido que o Município não está preparado para produzir contas intercalares com grau de evidência, mas como aquele ponto diz respeito a contabilidade patrimonial, nomeadamente, ao imobilizado existente, embora ao duodécimo, não é caso para preocupação. Já quanto ao ponto 26 quando o auditor refere “por referência aos mapas de execução orçamental não detetaram situações anómalas que mereçam ser reportadas,” se depreende que a execução orçamental está bem e recomenda-se. Relativamente às contas da EXPOFACIC, concorda que todos gostariam que as contas fossem mais claras e se

efetivamente, alguns pormenores não devem passar para a opinião pública e para os meios da comunicação social, sugeriu que fossem selecionados dois ou três Membros da Assembleia Municipal, ligadas aos partido, que juntamente com os administradores da INOVA poderiam ter uma conversa e tudo fosse planificado de modo a que tivessem acesso aos dados em causa.-----

----- Foi então dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual respondeu às intervenções anteriores da seguinte forma: - Relativamente aos espaços das Freguesias, solicitou ao Sr. Vereador Dr. Pedro Cardoso a recolha por todos os Presidentes de Junta, no fundo, do balanço daquela mudança. Conclui-se que foi extremamente positivo, prevendo-se que em outubro se reúnam para conversarem, avaliar, corrigir e melhorar o próximo ano, se entenderem que esse deve ser o modelo a prosseguir; - Relativamente à notícia que apareceu nos jornais, informou ter sido da autoria do Professor Carlos Faro e explicou de forma exaustiva todo o trajeto daquela personalidade dentro da Biocant e o porquê da sua saída. Voltou novamente a referir que, embora a notícia possa não o ter transparecido, o Presidente da Câmara, ele próprio, é o Presidente do Conselho de Administração do BIOCANT desde 2014, situação essa que se mantém. Informou também ser Presidente do Conselho de Administração da ABAP desde 2005 quando foi eleito. Assim, estas situações não mudaram, encontrando-se a acumular aqueles cargos há algum tempo, com base num parecer obtido da CCDR, que há época dava a possibilidade dos senhores Presidentes de Câmara poderem acumular funções executivas ou não, bem como de um parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República (parecer n.º 8/2014) que diz: “os membros dos Órgãos das entidades públicas participantes, designadamente os Presidentes das Câmaras e os Vereadores em regime de permanência, podem exercer, simultaneamente, funções não renumeradas como

membros de órgãos de gestão ou de administração das respetivas empresas locais, sem que se deva distinguir entre funções executivas e não executivas.” Assim, verificando-se que a função não é renumerada pode exercer aquelas funções, não existindo qualquer conflito de ética ou moral, nem conflitos de interesses no cargo que exerce numa daquelas associações há mais de dez anos. Finalmente questionou se, como o Município de Cantanhede detém 99,93% daquelas associações, não é legítimo que o Presidente da Câmara esteja lá e zelar por todas as situações que lá são tomadas e a acautelar os interesses do Município. Considerou assim não existirem questões éticas associadas àquelas funções que desempenha nas várias entidades.-----

----- Interveio novamente o Sr. Prof. Abel Carapêto, o qual, referindo-se ao espaço das freguesias informou que a grande maioria dos munícipes não gostou da forma como aquele espaço foi apresentado e que, em alguns momentos, foi pouco dignificante para as Juntas, porque na hora dos comes e bebes e da apresentação das comidas o espaço era reservado aos participantes da Junta, aos membros do Executivo e da Assembleia. Referiu ainda que houveram pessoas que quiseram entrar no espaço no momento em que estava acontecer a confraternização, e foi-lhes vedado o acesso, o que não contribui em nada para a dignificação do espaço. Solicitou ainda alguns esclarecimentos sobre o facto do Sr. Professor Doutor Carlos Faro ser ou não o anterior Diretor Executivo do Biocant.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura, o qual informou que o Dr. Carlos Faro foi, até 2014, Presidente do Conselho de Administração do BIOCANT, tendo saído daquelas funções por sua decisão, saída essa que foi planeada em termos formais. Informou ainda que, a partir daquela data, o mesmo tinha uma prestação de serviços e era um colaborador, não fazendo parte do

Conselho de Administração, e que foi substituído por outra pessoa com doutoramento, funcionário da BIOCANT que aprendeu com ele ao longo dos últimos 10 anos. Acrescentou que a notícia em causa não faz sentido porque o que acontece lá, já acontece há uns anos a esta parte e que tudo deve continuar a resultar independentemente da saída de A,B, ou C, sendo certo que se necessitar de lhe telefonar porque precisa de um conselho dele, não hesitará em fazê-lo. Finalmente voltou a reforçar que, o Conselho de Administração de há três anos a esta parte, é constituído por ele próprio, a Dr.ª Delfina Moreira e o Dr. Euclides Pires, Professor da Universidade de Coimbra e que faz parte do CNC já há muito tempo, sentindo-se confortado com o facto de lá estar na medida em que o capital é Municipal, tendo o Presidente da Câmara que ser o primeiro a zelar pelo que lá está.-----

----- Finalmente interveio o Sr. Eng.º Rogério Marques, o qual referindo-se a todas as questões que foram abordadas no âmbito do Ponto que era para conhecimento, reconheceu que todas eram do interesse de todos, mas que poderiam ser abordados de outra forma. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 30 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da Autorização da assunção do compromisso plurianual para o Ajuste Direto para: “Fornecimento de gásóleo e gasolina, por cartão magnético, ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários (CIMRC-AQ01/15), promovido pela CIM-RC»**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, deu a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Maria Helena Teodósio, a qual informou tratar-se de um contrato celebrado ao abrigo do Acordo Quadro da CIM-Região de Coimbra, o qual tem implicações financeiras em dois anos, com início em Novembro de 2016 e término a 30 de Abril de 2018,

afetando assim os anos económicos de 2016,2017 e 2018, sendo necessário a autorização da Assembleia para a assunção de compromissos no Plano Plurianual.--

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 30 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da Autorização da assunção do compromisso plurianual para o Ajuste Direto para: “Fornecimento de gasóleo e gasolina, por cartão magnético, ao abrigo do Acordo Quadro para Fornecimento de Combustíveis Rodoviários (CIMRC-AQ01/15), promovido pela CIM-RC»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 31 - «Comunicação dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica dada pela Assembleia Municipal na sua sessão de 11/12/2015 / Para conhecimento»**:-----

----- Foi dada a palavra à Sr.<sup>a</sup> Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Helena Teodósio, a qual informou tratar-se dos compromissos que foram assumidos decorrentes da autorização prévia genérica concedida na sessão Assembleia Municipal realizada em 11/12/2015. De seguida informou que, decorrente dessa autorização, os compromissos plurianuais assumidos entre 1 de Junho e 31 de Agosto de 2016 foram os seguintes: - Concurso Público para a Confeção e Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos das EB`s 1 e Jardins de Infância do concelho de Cantanhede; - Prestações de serviços e transportes coletivos de crianças; - Fornecimento continuado de gás; - Execução de passeios no concelho por empreitada; - Transporte de alunos para os estabelecimentos de ensino; - O programa de fornecimento de refeições através das parcerias com entidades locais; - A celebração de um contrato de emprego-inserção celebrado com um desempregado subsidiado.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao **Ponto 32 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da 4.ª Revisão ao Orçamento e GOP's para 2016»**:-----

----- Foi, de novo, dada a palavra à Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Helena Teodósio, a qual informou que, a revisão em causa tem a ver com as candidaturas ao PEDU e suas repercussões nos anos de 2017 e 2018. Recordou que aquela candidatura foi aprovada e representa cerca de seis milhões de euros, só para a cidade de Cantanhede e que vão ser realizados, através de vários projetos, até dezembro de 2018. Encontrando-se no último ponto da ordem de trabalhos, aproveitou para atribuir um voto de louvor a todo o trabalho realizado na EXPOFACIC, por toda a Comissão Executiva, por todos os funcionários da Câmara e da INOVA, e por todos os parceiros que estiveram envolvidos. Acrescentou que foi uma Edição excecional, com repercussões a nível nacional e internacional, demonstrando um grande empenho de toda a equipa organizadora. -----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 32 - «Apreciação, discussão e votação da proposta da 4.ª Revisão ao Orçamento e GOP's para 2016»**, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Seguidamente, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -----

----- Estando prestes a dar por encerrada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, questionou se algum elemento do público queria usar da palavra, tendo sido solicitada pela Sr.ª Presidente da União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, Prof.ª Aidil Machado, a qual solicitou ao executivo da Câmara, por considerar do

interesse de todos os presentes, algumas informações sobre as obras do Parque Infantil do Largo Cândido dos Reis.-----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara, Dr. João Moura que o assunto é recorrente, e que, obviamente, a vontade do Executivo é que aquela empreitada já estivesse concluída há muito tempo. Informou de seguida que, apesar das solicitações que foram feitas para o cumprimento em tempo útil da empreitada, que era 60 dias, o empreiteiro não cumpriu. Informou ainda que, em agosto após os procedimentos legais, foi comunicada a intenção de rescindir o contrato e acionar a garantia bancária e o empreiteiro comprometeu-se a colocar os equipamentos. Acrescentou ainda que, para além disso, as propostas de fornecimentos de equipamentos não correspondiam ao que estava descrito no caderno de encargos, o que obrigou os serviços municipais a ter que reclamar, processo que foi moroso. Finalmente informou que o empreiteiro já começou a instalar os equipamentos, seguindo-se a colocação do piso no final.----

----- Finalmente o Sr. Primeiro Secretário da Mesa, Dr. Adérito Machado, na qualidade de Múncipe e Presidente dos Bombeiros, agradeceu o voto de louvor atribuído àquela Associação Humanitária. De seguida referiu-se às 41 situações de ocorrências no Concelho e que foram todas de grande eficácia que permitiram que grande parte do concelho não ardesse. Destacou a disponibilidade dos 98 homens no ativo e a grande eficácia quer das Juntas de Freguesia, quer da população, quer da Câmara Municipal que estiveram sempre ao dispor dos Bombeiros. Referiu ainda que foi graças aos caminhos de excelente qualidade, à rede viária e ao apoio da população, das Juntas de Freguesia, dos Sapadores, dos Voluntários, pois todos contribuíram para que aquele sucesso ocorresse e só ardesse no concelho de Cantanhede menos de 60 há no concelho de Cantanhede, o que é um excelente indicador. Acrescentou ainda que os Bombeiros de Cantanhede também estiveram presentes nas ocorrências da

Pampilhosa da Serra, de Montemor-o-Velho, de Penafiel, de Marco de Canavezes, de Vagos, de Anadia, de Baião, de Oliveira do Bairro, de Soure, de Vila Verde em Braga, da Mealhada, de Góis, de Seia, da Figueira da Foz, de Mira, de Gondomar, de Manteigas, da Guarda, de Coimbra e de Caminha, onde as equipas eram revezadas 24 horas por dia e eram deslocadas de um lado para o outro, consoante o Comando Nacional assim o decidia.-----

----- Finalmente, sendo 18H45 horas, o Senhor Primeiro Secretário da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

-----O Presidente:

-----O Primeiro Secretário:

-----A Segunda Secretária: